

BALANÇO ANUAL 2015

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 18.572.225/0001-88

Relatório de Administração 2015

1. Aos acionistas

É com grande satisfação que apresentamos, para Vossa apreciação, o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra" ou "Companhia") relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, elaboradas de acordo com os dispositivos contidos na Lei das Sociedades por Ações, suas alterações e nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2. A Companhia

A Concebra é uma empresa 100% nacional, controlada pela Triunfo Participações e Investimentos, do ramo de Concessões de Rodovias. Administra 1176,5 kms de rodovias que vão de Brasília (DF) até Betim (MG). São 630,2 quilômetros da BR-060 e da BR-153, desde o entroncamento com a BR-251/DF até a divisa do estado de Minas Gerais com São Paulo, somados a 546,3 quilômetros da BR-262, que vão do entroncamento com a BR-153/MG ao entroncamento com a BR-381/MG. Dentre os principais investimentos da concessão estão a duplicação de 647,8 quilômetros na BR-153/MG e BR-262/MG, a construção de um contorno em Goiânia na BR-153/GO e a implantação de terceira faixa entre Anápolis e Goiânia no estado de Goiás. O prazo de concessão é de 30 anos, a ser concluído em 2044. No seu primeiro ano de atuação a Concessionária reuniu esforços para atender os parâmetros da Agência Reguladora no quesito de trabalhos iniciais – roçada, pintura e sinalização horizontal e vertical, desobstrução e limpeza dos meios fios, sarjetas, descida d'água e bueiros para melhorar a drenagem, recuperação de defensas e do asfalto. Em 05 de setembro iniciou a operação da rodovia, oferecendo socorro médico e mecânico acionado pelo 0800 060 6000 e também atendimento em 24 SAUs – Serviço de Atendimento ao Usuário – espalhados a cada 50 quilômetros oferecendo sanitários, fraldário, local de descanso e informações para o motorista.

3. Desempenho Econômico Financeiro

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, bem como cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo. No entanto, estas condições estão sujeitas a eventos que estão fora do controle da Companhia, tais como a estabilidade e o crescimento da economia brasileira. O endividamento considera os empréstimos e financiamentos contratados para financiar os investimentos previstos no Contrato de Concessão da Companhia. O patrimônio líquido da Companhia atingiu R\$402.625 em 31 de dezembro de 2015, comparativamente aos R\$269.979 registrados em 31 de dezembro de 2014, em decorrência do aporte de capital de R\$119.000 da acionista TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. e do lucro de R\$13.646 gerado em 2015, por conta do reconhecimento da margem de construção e da capitalização de despesas no ativo intangível, assim como as receitas de pedágio. O endividamento bruto da Companhia (composto por empréstimos e financiamentos captados pela Companhia), em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$767.660, e em 31 de dezembro de 2014 o saldo era de R\$305.996, em função das captações de recursos do empréstimo de curto prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento ("BNDES") e de arrendamentos mercantis firmados para aquisição dos veículos utilizados na operação. O empréstimo ponte será amortizado em parcela única no dia 15 de abril de 2016 ou na data de desembolso da primeira parcela do financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro. Este contrato não possui cláusulas restritivas financeiras, "Covenants". A dívida líquida da Companhia (composta por empréstimos e financiamentos captados pela Companhia líquidas do caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras da Companhia) era de R\$762.452 em 31 de dezembro de 2015, enquanto em 31 de dezembro de 2014 o saldo encontra-se R\$277.131, em função da aplicação no ativo intangível dos recursos captados em 2015. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía uma relação entre dívida líquida e patrimônio líquido de 1,89, a qual condiz com as características dos segmentos de operação da Companhia, enquanto em 31 de dezembro de 2014 a relação entre dívida líquida e patrimônio líquido era de 1,03. Em 31 de dezembro de 2015, o capital

circulante líquido da Companhia era negativo em R\$872.665 enquanto em 31 de dezembro de 2014 o saldo era negativo em R\$11.048, em função da transferência para o curto prazo do empréstimo ponte com o BNDES em 2015, cujo vencimento ocorrerá em abril de 2016. Essa situação financeira da Companhia lhe permite honrar suas obrigações assumidas perante terceiros e a necessidade de capital de giro, incluindo o pagamento de suas dívidas, o que, pode ser corroborado pelos patamares do índice de liquidez corrente (representado por Ativo Circulante/Passivo Circulante) da Companhia, a qual em 31 de dezembro de 2015 e 2014 correspondeu, respectivamente, a 0,03 e 0,75. A redução no índice de liquidez corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2015, em comparação com o índice verificado em 31 de dezembro de 2014, se deu basicamente pela transferência para o curto prazo do empréstimo ponte com o BNDES.

b) Estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro 2015 era composta de 28,5% de capital próprio e 71,5% de capital de terceiros, enquanto em 31 de dezembro de 2014, era composta de 39,4% de capital próprio e 60,6% de capital de terceiros. A diretoria da Companhia entende que sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida financeira líquida sobre o patrimônio líquido, está adequada para a natureza das atividades desenvolvidas. Entende-se por dívida nesse contexto, os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia.

c) Níveis de Endividamento e características das dívidas

Na tabela abaixo, em milhares de reais, os principais endividamentos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como o custo de cada operação, seus vencimentos e suas amortizações.

Endividamento e Cronograma de Amortização (em mil R\$)					
Banco	Operação	Dívida		Saldo 2015	Saldo 2014
		Total	Taxa Mensal		
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	Empréstimo ponte	702.089	TJLP + 2%	740.074	304.302
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	Cédula de crédito	25.000	CDI + 4,25 a.a.	26.115	-
Total		300.000		766.189	304.302

d) Receita operacional líquida (+88,5%)

A receita operacional bruta da Companhia em 2015 é composta em 22,5%, pela arrecadação de pedágios e outras receitas, e 77,5% pela receita de construção. As receitas de pedágios estão sujeitas ao regime cumulativo e aos seguintes impostos, COFINS-3%, PIS-0,65% e ISS-5%, já as receitas acessórias são tributadas pelo regime não-cumulativo, representando COFINS-7,6%, PIS-1,65% e ISS de 5%. Estes impostos estão representados como deduções da receita bruta.

	2015	2014	Δ
Receita Operacional Bruta	823.576	428.362	92,3%
Arrecadação de pedágio	184.987	n/c	
Receita de construção	638.580	428.362	49,1%
Outras receitas	9	-	900,0%
Deduções da Receita Bruta	(16.001)	-	n/c
Receita Operacional Líquida	807.575	428.362	88,5%

e) Custos dos serviços prestados e de construção (+73,1%)

No exercício de 2015 houve um acréscimo de 73,1% em relação ao ano de 2014, impulsionado pelo custo de construção em 49,8% e pelo início da arrecadação em junho de 2015, cujos custos de operação, manutenção e conservação das rodovias deixaram de ser capitalizadas no ativo intangível e passaram a ser reconhecidas no resultado.

Balancete Patrimonial 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	2015	2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.208	28.865
Clientes e operações a receber	5	11.855	-
Impostos a recuperar	6	3.673	3.401
Adiantamentos a fornecedores	7	3.405	509
Despesas antecipadas	8	1.553	873
		25.694	33.648
Não circulante			
Despesas antecipadas	8	2.999	3.871
Adiantamento – partes relacionadas	9	49.677	4.856
Impostos e contribuições diferidos	25	11.062	-
Intangível	10	1.323.448	643.311
		1.387.186	652.038
Total do ativo		1.412.880	685.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balancete Patrimonial 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)			
Passivo	Nota	2015	2014
Circulante			
Fornecedores	11	80.531	33.875
Empréstimos e financiamentos	14	766.189	-
Salários e obrigações trabalhistas	15	8.658	2.676
Obrigações fiscais	16	26.315	2.923
Arrendamento mercantil	12	868	674
Contas a pagar – partes relacionadas	9	11.785	626
Provisões para demandas judiciais	26	159	-
Outras obrigações	13	3.854	3.922
		898.359	44.696
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	-	304.302
Arrendamento mercantil	12	603	1.020
Provisão para manutenção	17	92.399	61.994
Impostos e contribuições diferidos	25	18.894	3.695
		111.896	371.011
Patrimônio líquido	18		
Capital social		380.000	261.000
Reserva de lucros		22.625	8.979
Total do patrimônio líquido		402.625	269.979
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.412.880	685.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de lucros		Adiantamentos para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
	Subscrito	Integrar-lizar	Reserva de retenção de lucros	Reserva legal		
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1	-	-	-	(1)	1
Subscrição de capital	379.999	(119.000)	-	-	-	260.999
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.429	1.429
Baixa de adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	(1.430)	(1.430)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.980	8.980
Constituição de reserva legal	-	-	-	449	(449)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	8.530	-	(8.530)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	380.000	(119.000)	8.530	449	-	269.979
Integralização de capital	-	119.000	-	-	-	119.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.646	13.646
Constituição de reserva legal	-	-	-	682	(682)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	12.964	-	(12.964)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	380.000	-	21.494	1.131	-	402.625

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	2015		2014	
	2015	2014	2015	2014
Receitas	823.576	428.362	104.713	19.231
Receitas de pedágio	184.987	-	29.543	3.395
Receita de construção	638.580	428.362	26.301	2.746
Receitas acessórias	9	-	2.921	520
Insumos adquiridos de terceiros	(710.417)	(418.384)	321	129
Custos dos serviços prestados (excluída amortização e despesa de pessoal)	(73.880)	-	21.501	5.356
Custos de construção	(622.394)	(417.495)	21.497	5.353
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(14.143)	(889)	4	3
Valor adicionado bruto	113.159	9.978	40.023	1.500
Amortização	(8.884)	(270)	39.258	1.294
Valor adicionado líquido consumido	104.275	9.708	606	206
Valor adicionado recebido em transferência	438	9.523	159	-
Receitas financeiras	438	9.523	13.646	8.980
Valor adicionado total a distribuir	104.713	19.231	13.646	8.980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31/12/2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia – A Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 30 de janeiro de 2013 através da denominação social de Diana Participações e Investimentos S.A., sendo alterada para atual "Concebra" em 7 de janeiro de 2014, através de Assembleia Geral Extraordinária. Com sede na cidade de Goiânia, Goiás, a Companhia pertence ao grupo TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. A Companhia tem por objeto a exploração, com exclusividade, sob o regime legal de concessão, do sistema rodoviário do trecho da BR 060, BR 153 e BR 262 DF/GO/MG, totalizando 1.176,50 km, sendo: 630,20 km da BR 060 e BR 153, desde o entroncamento com a BR 251, no Distrito Federal, até a divisa dos estados de Minas Gerais e São Paulo, e 546,30 km da BR 262, do entroncamento com a BR 153 ao entroncamento com a BR 381, no estado de Minas Gerais e dos respectivos acessos, inclusive realizando a recuperação, manutenção, melhoramento, monitoração, conservação e operação. O prazo de duração da Companhia será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de concessão celebrado com Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, nos termos do Edital de Concessão nº 004/2013 – com prazo fixado de 30 anos a partir de 31 de janeiro de 2014, podendo ser prorrogado em comum acordo entre a Companhia e o poder concedente, conforme condições específicas estabelecidas no

contrato de concessão. Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Ao final da concessão a Companhia não fará jus a qualquer indenização, todos os bens da concessão ou investimentos nela realizados deverão ser integralmente depreciados ou amortizados. A assinatura do Termo de Arrolamento dos Bens da Concessão Rodoviária foi realizada em 5 de março de 2014, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente. De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias federais, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão. Estes investimentos estão sendo financiados por empréstimos de curto e de longo prazo e aporte de capital dos acionistas. Em 21 de janeiro de 2014, a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A., controladora da Concebra, aportou R\$261.000 para o projeto e no primeiro trimestre de 2015 aportou R\$119.000. Para a execução dos serviços conforme o Programa de Exploração da Rodovia ("PER"), a concessionária conta com 06 (seis) bases operacionais ao longo do trecho de 1.176,50 km da rodovia. Os trabalhos iniciais foram executados nos 12 (doze) primeiros meses, com serviços de recuperação do pavimento, sinalização horizontal e vertical, elementos de proteção e segurança, canteiro central e faixa de domínio, drenagem e OAC (Obras de Arte Correntes), OAE (Obras de Arte Especiais), sistema elétrico e de ilumina-

	2015	2014	Δ
Custos Operacionais	(722.771)	(417.495)	73,1%
Custo dos serviços prestados	100.377	-	n/c
Custo de construção	622.394	417.495	49,8%

f) Despesas operacionais (+409,7%)

Em conjunto com os custos operacionais, até 2014 parte dos mesmos estavam sendo capitalizados no ativo intangível e passaram a ser reconhecidos no resultado, com o início da arrecadação em 2015, gerando o acréscimo de 409,7%.

	2015	2014	Δ
Despesas Operacionais	(28.168)	(5.526)	409,7%
Despesas administrativas	(14.912)	(1.099)	1.256,9%
Salários e encargos sociais	(9.078)	(2.766)	228,2%
Remuneração dos administradores	(1.920)	(1.391)	38,0%
Amortização	(2.258)	(270)	736,3%

g) Resultado financeiro

Em 2014 o recurso liberado pelo BNDES, através do empréstimo ponte, foi aplicado ao longo de todo o ano, gerando rendimento sobre aplicação financeira nesse período. Com relação às despesas financeiras, os juros sobre o empréstimo com o BNDES foram capitalizados na fase pré-operacional, explicando a variação entre os exercícios analisados.

	2015	2014	Δ
Resultado Financeiro	(38.853)	8.229	n/c
Receitas financeiras	438	9.523	-95,4%
Despesas financeiras	(39.291)	(1.294)	2.936,4%

h) Lucro líquido do exercício (+52,0%)

	2015	2014	Δ
Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício	13.646	8.980	52,0%
Constituição da Reserva Legal (5%)	(682)	(449)	51,9%
Lucro Base de Dividendos	12.964	8.530	52,0%
Reserva de retenção de lucro	(12.964)	(8.530)	52,0%
Saldo à disposição dos acionistas	-	-	n/c

Goiânia-GO, 29 de fevereiro de 2016.

Conselho de Administração	
Carlo Alberto Bottarelli	– Presidente do Conselho
Antonio José Monteiro da Fonseca de Queiroz	– Conselheiro Efetivo
Sandro Antônio de Lima	– Conselheiro Efetivo
João Villar Garcia	– Membro Efetivo

Diretoria Executiva Estatutária	
Odenir José Sanches	– Diretor Presidente
Daniel Severo Amaral	– Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores
Ricardo Junqueira Victorelli	– Diretor de Operações
João Guilherme de Moraes Braga	– Diretor de Engenharia

Contadora	
Fernando Yuiti Fujisawa	– CRC 1SP 268.081/O-6 "S" GO

Demonstração dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto o lucro básico e diluído evidenciado por ação em reais)			
	Nota	2015	2014
Receitas operacionais líquidas	19	807.575	428.362
Custos dos serviços prestados e de construção	20	(722.771)	(417.495)
Resultado bruto		84.804	10.867
Despesas operacionais, líquidas:			
Administrativas	21	(14.912)	(1.099)
Salários e encargos sociais	22	(9.078)	(2.766)
Amortização		(2.258)	(270)
Administradores	23	(1.920)	(1.391)
		(28.168)	(5.526)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		56.636	5.341
Resultado financeiro líquido:	24		
Receitas financeiras		438	9.523
Despesas financeiras		(39.291)	(1.294)
		(38.853)	8.229
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social		17.783	13.570
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	(895)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(4.137)	(3.695)
	25	(4.137)	(4.590)
Lucro líquido do exercício		13.646	8.980
Lucro básico e diluído por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (em R\$)</			

ção e reformas das edificações existentes. Após verificação dos pré-requisitos para início da cobrança de pedágios, a ANTT emitiu Resolução nº 4.747, de 11 de junho de 2015, autorizando o início das atividades das 11 praças de pedágios, estabelecidas nas Rodovias BR 060, BR 153 e BR 262 DF/GO/MG, a partir do dia 27 de junho de 2015 a 0h. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$872.665, proveniente dos compromissos assumidos com o pagamento de principal e juros sobre os empréstimos e financiamentos captados para os investimentos assumidos no contrato de concessão. A Companhia entende que os recursos que serão obtidos junto ao BNDES, através da formalização do contrato de financiamento sob a modalidade de longo prazo, estruturado sob a forma de *Project Finance*, previsto para até o 1º trimestre de 2016, assim como o aumento no tráfego da via, após as melhorias que estão sendo efetuadas aumentará a sua geração de caixa operacional e permitirá o pagamento de seus passivos. Conforme mencionado na Nota 14, a Companhia possui fiança corporativa, penhor e recebíveis como garantias do empréstimo.

2. Bases de preparação – 2.1. Preparação e apresentação das demonstrações financeiras: a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC);

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil e os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“IIPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). As demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pela Diretoria em 29 de fevereiro de 2016. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.2. Moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Normas, alterações e interpretações de normas:** Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis. O Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) e o Comitê de Normas de Contabilidade Financeira dos EUA (FASB) emitiram em conjunto uma nova norma para reconhecimento de receitas, a IFRS 15 – Recetas de Contratos com Clientes (Revenue from Contracts with Customers), que substituirá a maior parte das regras para reconhecimento de receitas segundo IFRS e US GAAP (normas IAS 11, IAS 18, IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18). A nova norma entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida para as entidades que apresentam suas demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS. A Companhia está avaliando os efeitos decorrentes em suas demonstrações financeiras e divulgações e ainda não definiu o método de transição e nem determinou os efeitos em seus relatórios financeiros atuais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não foram emitidas outras normas, alterações e interpretações de normas além desta. Os novos pronunciamentos emitidos ou aplicados pela primeira vez até 31 de dezembro de 2015 não trouxeram efeitos às demonstrações financeiras da Companhia. Para as novas normas emitidas e que não entraram em vigor até 31 de dezembro de 2015, a Companhia não espera impactos materiais em suas demonstrações financeiras advindos desses pronunciamentos.

3. Políticas contábeis – 3.1. Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receitas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **Receita de pedágio:** As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, serão registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio. **Receita de construção:** Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPG 01/05 e ICPB 05 – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado são mensuradas e registradas baseada no estágio de conclusão da obra realizada em contrapartida ao ativo intangível de concessão. Os gastos com infraestrutura da concessão são contabilizados como custo da construção na demonstração do resultado do exercício, servindo de base para a apuração da receita. Havendo terceirização de obras, a receita de construção é apurada com base na margem determinada, sendo calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventuais custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. **Receitas acessórias:** Corresponderão às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na demonstração de resultado da Companhia. **Receita de juros:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **3.2. Impostos:** Imposto de renda e contribuição social corrente: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não apresenta itens que requeiram registro diretamente no patrimônio líquido. **Impostos sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:
• Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
• Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
• O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas por tipo de receita	
	Pedágio	Demais receitas

COFINS – Contribuição para Seguridade Social	3,00%	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	0,65%	1,65%
ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00%	5,00%

As receitas serão apresentadas na demonstração de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de vendas). A Companhia teve reconhecido seu enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), conforme Portaria MT nº 164 de 24 de abril de 2014 e do Ato Declaratório Executivo DRF/Brasília nº 67 de 25 de junho de 2014. As pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e serviços para a aplicação em obras de infraestrutura sem a incidência da Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). **3.3. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente – i) Ativos financeiros:** *Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e outros recebíveis. A Companhia classifica seus instrumentos nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. *Mensuração subsequente:* A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. *Empréstimos e recebíveis:* Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. *Desconhecimento (baixa):* Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:
• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
• A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem

demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (a) a Companhia não transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*. iii) Passivos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. *Mensuração subsequente:* Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita. **3.5. Custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia, relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis. **3.6. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado.

Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo. As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários. O critério definido para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **3.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **3.8. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação. **3.9. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Quando requerido, os elementos de ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. **3.10. Provisões – Geral:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisão para manutenção:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários. A provisão para manutenção, conforme descrito na Nota Explicativa nº 17, é registrada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos

9. Partes relacionadas – As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, respeitando a política de compras estipulada pela Companhia, e seus principais saldos e valores estão descritas a seguir:

	2015			2014			
	Adiantamento contratual	Ativo intangível	Contas a pagar	Mútuo	Adiantamento contratual	Ativo intangível	Contas a pagar
Rio Parnaíba Serviços de Operações Rodoviárias Ltda. (i)	49.677	-	-	-	4.856	-	-
Construtora Triunfo S.A. (ii)	-	92.896	-	-	-	105.874	-
Vessel – LOG Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A. (iii)	-	54.665	-	-	-	-	-
TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (iv)	-	-	6.267	5.518	-	-	626
	<u>49.677</u>	<u>147.561</u>	<u>6.267</u>	<u>5.518</u>	<u>4.856</u>	<u>105.874</u>	<u>626</u>

(i) Refere-se substancialmente a adiantamentos realizados conforme contrato de prestação de serviços para manutenção e conservação das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262 com prazo de vigência de cinco anos. A Companhia e a Rio Parnaíba Serviços de Operações Rodoviárias Ltda. possuem a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. como controladora em comum. Para este contrato não existem seguros ou garantias vinculadas. (ii) Valores de adiantamentos conforme previsto no contrato de empreitada integral, a preço global, para obras, serviços e fornecimentos necessários ao desempenho dos itens de trabalhos iniciais, recuperação e manutenção e ampliação de capacidade e melhorias constantes no Programa de Exploração da Rodovia (PER) do Contrato de Concessão firmado entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Companhia. O contrato possui valor total de R\$3.600.000, com previsão de adiantamentos na ordem de 5% do montante total até o desembolso do recurso de longo prazo do BNDES, prazo de vigência de cinco anos. (iii) Refere-se a adiantamentos realizados conforme contrato de engenharia de manutenção e conservação dos trechos da rodovia, no montante de R\$210.000, e vigência de 60 meses. A Companhia e a Vessel – LOG Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A. possuem a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. como controladora em comum. Para este contrato não existem seguros ou garantias vinculadas. (iv) Saldo refere-se a serviços compartilhados de acordo com rateio dos gastos incorridos comuns as partes relacionadas à holding TPI, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo e outras despesas compartilhadas, e contrato de mútuo da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A..

	Intangível em serviço (i)	Intangível em andamento (ii)	Provisão para manutenção	Adiantamentos a fornecedores (i)	Total
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-	-
Construções/aquisições	8.775	455.849	61.994	116.963	643.581
Saldo em 31/12/2014	8.775	455.849	61.994	116.963	643.581
Construções/aquisições	24.149	624.546	6.960	33.366	689.021
Transferência	<u>929.633</u>	<u>(929.633)</u>	-	-	-
Saldo em 31/12/2015	<u>962.557</u>	<u>150.762</u>	<u>68.954</u>	<u>150.329</u>	<u>1.332.602</u>

Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-	-
Amortização	(270)	-	-	-	(270)
Saldo em 31/12/2014	(270)	-	-	-	(270)
Amortização	(8.884)	-	-	-	(8.884)
Saldo em 31/12/2015	<u>(9.154)</u>	-	-	-	<u>(9.154)</u>

Saldo em 31/12/2014	8.505	455.849	61.994	116.963	643.314
Saldo em 31/12/2015	953.403	150.762	68.954	150.329	1.323.448
Taxa de amortização	2% a 4,5% a.a.	-	-	-	-

(i) Os adiantamentos são representados principalmente por atendimento à cláusula contratual junto à parte relacionada, Construtora Triunfo S.A., no montante de R\$92.896, Vessel – LOG Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A. no montante de R\$54.665 e outros fornecedores no montante de R\$72.68. (ii) Do montante de ativo intangível em serviço e em andamento, R\$413.871 e R\$60.160, respectivamente, são oriundos do contrato de empreitada global entre a Companhia e a Construtora Triunfo S.A.. O ativo intangível em serviço está assim representado:

recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente. **Provisão para demandas judiciais:** A Companhia sendo parte de processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, constituirá provisões para todos os processos judiciais, os quais são prováveis uma saída de recursos para liquidar as contingências/obrigações. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação da probabilidade de advogados externos. As provisões serão revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais. **3.11. Arrendamento mercantil:** Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo intangível e no passivo como arrendamento mercantil, pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo intangível são amortizados pelo prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. Os juros implícitos no passivo reconhecido de arrendamento mercantil são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. **3.12. Demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado:** A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração do valor adicionado foi preparada e esta apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A demonstração do valor adicionado, apesar de não requerida pelo IFRS, é obrigatória para as Companhias abertas no Brasil. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. **3.13. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos (período remanescente do atual contrato de concessão) e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. *Impostos:* Em 31 de dezembro de 2015 não existiam incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A existência de incerteza poderia requerer a constituição de provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. *Valor justo de instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. *Provisões para demandas judiciais:* A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

	Indexador	Natureza	2015	2014
Disponibilidades	-	-	5.208	216
Aplicações financeiras	CDI de 102% a 103 % a.a.	Comprormissada	-	28.649
			<u>5.208</u>	<u>28.865</u>

Os recursos referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDB, lastreados ao rendimento do CDI, compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

	2015	2014
	A vencer	A vencer
Arrecadação pedágio (i)	9,97	-
Vale pedágio	10.934	-
Pedágio eletrônico	4	-
Uso da faixa de domínio	11.855	-

(i) Os recursos referem-se a operações a receber de cartões de pedágio, denominados como moeda eletrônica. O prazo médio de recebimento é de 30 dias.

	2015	2014
6. Impostos a recuperar	3.625	3.009
IRRF sobre aplicações financeiras	48	392
Outros	<u>3.673</u>	<u>3.401</u>

7. Adiantamentos a fornecedores – A Companhia antecipou recursos financeiros aos fornecedores para mobilização de canteiro de obra e pagamento antecipado para liberação de mercadorias. Estes adiantamentos serão compensados à medida que as mercadorias e serviços forem entregues e/ou prestados.

	2015	2014
8. Despesas antecipadas	4.302	4.744
Gastos com apólices de seguros (i)	250	-
Outros	<u>4.552</u>	<u>4.744</u>

Parcela do circulante	1.553	873
Parcela do não circulante	2.999	3.871

(i) Seguros contratados para riscos de engenharia, com vencimento variando entre um e cinco anos sendo amortizados pelo prazo da vigência do contrato.

	Instalações, edificações e dependências	Pistas, acostamentos e acessos	Canteiro central, faixa de domínio	Drenagem e obras de arte correntes	Sistemas e infraestrutura de rádio comunicação	Sinalização	Outros ativos em serviço	Total	2015	2014
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-	-	-	-	-	2.203	-
Construções/aquisições	-	-	-	-	-	-	8.775	8.775	(24)	24
Saldo em 31/12/2014	-	-	-	-	-	-	8.775	8.775	-	-
Construções/aquisições	-	-	-	-	-	-	24.149	24.149	(4.137)	(4.590)
Transferência/baixas	531.173	261.698	59.953	44.786	4.578	27.445	-	929.633	23,12%	34%
Saldo em 31/12/2015	531.173	261.698	59.953	44.786	4.578	27.445	32.924	962.557	-	-
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	-	-	-	-	-	(270)	(270)	-	-
Saldo em 31/12/2014	-	-	-	-	-	-	(270)	(270)	-	-
Amortização	(3.621)	(1.784)	(409)	(305)	(31)	(187)	(2.547)	(8.884)	-	-
Saldo em 31/12/2015	(3.621)	(1.784)	(409)	(305)	(31)	(187)	(2.817)	(9.154)	-	-
Valor residual líquido	-	-	-	-	-	-	8.505	8.505	-	-
Saldo em 31/12/2014	-	-	-	-	-	-	8.505	8.505	-	-
Saldo em 31/12/2015	527.552	259.914	59.544	44.481	4.547	27.258	30.107	953.403	-	-

Como a Companhia tomou emprestados recursos específicos para obter um ativo qualificável particular, os custos dos empréstimos e financiamentos são diretamente atribuíveis ao ativo qualificável que podem ser identificados prontamente. Dessa forma, a Companhia determinou o montante dos custos dos empréstimos e financiamentos elegíveis à capitalização como sendo aqueles efetivamente incorridos sobre tais empréstimos e financiamentos, menos qualquer receita financeira decorrente de investimentos temporários dos recursos tomados. As taxas utilizadas referem-se as mesmas dos empréstimos tomados, divulgadas na Nota 14. As referidas capitalizações tiveram início em julho de 2014. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram capitalizados R\$32.644 (R\$1.987 em 2014). Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos à análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual e no plano de negócios de longo prazo da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração. As principais premissas chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio de tráfego, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à

taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia. Não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no exercício.

11. Fornecedores	2015	2014
Tipo de fornecedor		
Construção civil	44.697	26.095
Aquisição de imobilizado	14.012	-
Manutenção de frota	4.429	-
Manutenção e conservação	3.543	-
Projetos	3.302	-
Tecnologia da informação e sistemas	2.496	3.950
Serviços de operação	2.335	-
Serviços de transporte	805	-
Indenizações faixa de domínio	644	-
Propaganda e publicidade	564	-
Outros	3.704	3.830
	<u>80.531</u>	<u>33.875</u>

12. Arrendamento mercantil

Banco	Garantia	Indexador	Circulante	2015 Não circulante	Circulante	2014 Não circulante
Banco Safra	Alienação fiduciária	14,98% a.a.	841	603	674	1.020
Banco Volkswagen	Alienação fiduciária	17,80% a.a.	27	-	-	-
			<u>868</u>	<u>603</u>	<u>674</u>	<u>1.020</u>

13. Outras obrigações

	2015	2014	
Verba de fiscalização	888	808	O contrato de concessão prevê o repasse pela Concessionária à ANTT de verbas anuais, com pagamentos mensais, a título de "fiscalização", para cobertura de despesas nesse processo, "segurança no trânsito", que será destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal e "recursos para desenvolvimento tecnológico - RDT", aplicados a projetos e estudos que visem o desenvolvimento tecnológico de acordo com sua regulamentação.
Segurança no trânsito	1.505	1.794	
Recursos para desenvolvimento tecnológico - RDT	1.442	1.320	
Outros	19	-	
	<u>3.854</u>	<u>3.922</u>	

14. Empréstimos e financiamentos

Banco	Garantia	Indexador	Valor do vencimento	Custo de empréstimo	transação	2015	2014
BNDES (Empréstimo ponte)	Fiança corporativa, penhor e recebíveis	TJLP + 2% a.a.	Abr/2016	743.119	(3.045)	740.074	304.302
BDMG (Cédula bancária)	Aval controladora + recebíveis	CDI + 4,25% a.a.	Jun/2016	26.440	(325)	26.115	-
				<u>769.559</u>	<u>(3.370)</u>	<u>766.189</u>	<u>304.302</u>

Circulante
Não circulante

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados no contrato, incorridos até a data das demonstrações financeiras. Os referidos encargos são apropriados, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa, no intangível, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente nas obras de melhoria e ampliação da infraestrutura das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262 (Nota 10). Em 28 de julho de 2014, a Companhia obteve a liberação da primeira parcela de recursos do empréstimo-ponte com o BNDES, no montante de R\$300.000. Em 27 de março de 2015 houve o recebimento da segunda parcela no montante de R\$100.000, no dia 27 de maio de 2015 ocorreu a liberação da terceira parcela no montante de R\$160.000, a quarta parcela foi liberada em 29 de julho de 2015, no montante de R\$48.320, a quinta tranche no dia 14 de outubro de 2015, no valor de R\$13.001 e a sexta tranche no dia 16 de outubro de 2015, no valor de R\$68.162. O empréstimo ponte será amortizado em parcela única no dia 15 de abril de 2016 ou na data de desembolso da primeira parcela do financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado por intermédio de aditivo contratual. Este contrato não possui cláusulas restritivas financeiras, "Covenants". A Companhia também captou recursos a título de Cédula de Crédito Bancário junto a BDMG no dia 2 de setembro de 2015, no valor de R\$25.000, com carência de 8 (oito) meses, e vencimento em 20 de junho de 2016, podendo ser prorrogada por meio de aditivo contratual.

15. Salários e obrigações trabalhistas

	2015	2014
Salários a pagar	1.621	928
Benefícios	1	38
Encargos sociais e previdenciários	1.208	616
Provisão para férias	2.920	1.094
Gratificações e participações a pagar	2.908	-
	<u>8.658</u>	<u>2.676</u>

16. Obrigações fiscais

	2015	2014
PIS	1.319	13
COFINS	6.089	62
INSS	3.095	229
IRRF	1.301	160
CSRF	677	34
ISS	13.834	2.425
	<u>26.315</u>	<u>2.923</u>

A Companhia planeja iniciar parcelamento fiscal para determinados tributos no exercício de 2016 e espera liquidar a maior parte do saldo devedor quando da liberação da parcela de longo prazo do empréstimo junto ao BNDES.

17. Provisão para manutenção - A Companhia registrou provisão para manutenção relativa ao período de 2021 a 2024, descontando a valor presente à taxa interna de retorno de 14,12% a.a., conforme quadro abaixo:

	Constituição a valor presente	Recomposição AVP	2015	2014
Pavimentação de pistas, acostamentos e acessos	48.610	18.943	4.897	72.450
Canteiro central/faixa de domínio	173	97	26	296
Obras de arte especiais	935	364	95	1.394
Terraplenagem e estruturas de contenção	129	37	9	175
Drenagem/obras de arte correntes	3.029	1.185	306	4.520
Sinalização	9.079	3.508	906	13.493
Outros	39	26	6	71
	<u>61.994</u>	<u>24.160</u>	<u>6.245</u>	<u>92.399</u>

Após o início das atividades de cobrança de pedágio, a Companhia reconheceu a provisão para manutenção sobre as obras já entregues no resultado do exercício no valor de R\$18.629 como custo dos serviços prestados e R\$4.816 como ajuste a valor presente no grupo de despesas financeiras.

18. Patrimônio líquido - a) *Capital social*: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$380.000 (R\$380.000 subscrito e R\$261.000 integralizado em 31 de dezembro de 2014), representado por 380.000.000 ações ordinárias (261.000.000 ações em 31 de dezembro de 2014), nominativas e sem valor nominal. b) *Lucro por ação*: O cálculo básico e diluído de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, consequentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2015	2014
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	13.646	8.980
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação - básico e diluído	380.000	261.000
Lucro por ação básico e diluído (em R\$)	0,036	0,034

c) *Reserva legal*: A reserva legal será constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. d) *Reserva de retenção de lucros*: A Companhia destinou do lucro líquido do exercício de 2015 o montante de R\$12.964 (R\$8.530 em 2014) à reserva de retenção de lucros retidos para investimento, com base em orçamento de capital preparado pela Administração.

e) *Dividendos*: Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2015, a controladora optou por não receber o dividendo mínimo obrigatório pelo fato da necessidade de investimento na operação.

19. Receitas operacionais líquidas

	2015	2014
Receitas:		
Receita de pedágios	184.987	-
Receita de construção	638.580	428.362
Outras receitas	9	-
	<u>823.576</u>	<u>428.362</u>

Impostos sobre faturamento:

(-) PIS sobre faturamento	(1.202)	-
(-) COFINS sobre faturamento	(5.550)	-
(-) ISS sobre serviços prestados	(9.249)	-
	<u>(16.001)</u>	<u>-</u>

Receitas operacionais líquidas

	<u>807.575</u>	<u>428.362</u>
--	----------------	----------------

20. Custos dos serviços prestados e de construção

	2015	2014
Duplicação de pista simples	(224.712)	(133.753)
Pavimentação	(176.482)	(120.072)
Edificações operacionais	(58.516)	(37.490)
Custo com empréstimos	(32.644)	(12.892)
Materiais e insumos	(31.891)	(14.096)
Roçada e poda vegetal	(24.132)	(23.170)
Folha de pagamento - operação	(19.871)	-
Folha de pagamento - construção	(19.001)	(12.235)
Provisão para manutenção	(18.629)	-
Obras de artes corrente e especiais	(18.430)	(11.484)
Serviços de limpeza e conservação da via	(16.505)	-
Custos contratuais	(13.550)	(9.472)
Serviço de socorro médico e resgate	(12.668)	-
Elementos de sinalização e proteção	(8.270)	(13.469)
Sistema de drenagem	(7.453)	(9.210)
Amortização	(6.626)	-
Gastos com veículos	(6.175)	-
Serviços de projetos	(4.719)	(6.539)
Sistema de Rádio comunicação	(2.684)	(4.951)
Desapropriações	(2.647)	(4.548)
Terraplanagem	(2.349)	(2.817)
Água, energia e internet	(1.831)	-
Serviço de vigilância	(1.824)	-
Outros	(11.162)	(1.297)
	<u>(722.771)</u>	<u>(417.495)</u>

Custos de construção
Custos dos serviços prestados

21. Despesas administrativas

	2015	2014
Prestadores de serviços	(4.826)	(4)
Materiais, equipamentos e veículos	(2.196)	(597)
Despesas gerais (*)	(7.731)	(498)
Provisão para contingências	(159)	-
	<u>(14.912)</u>	<u>(1.099)</u>

(*) Substancialmente composta por gastos com imóveis, propaganda e publicidade e serviços diversos.

22. Salários e encargos sociais

	2015	2014
Salários e remunerações	(4.235)	(1.229)
Encargos sociais e trabalhistas	(1.847)	(965)
Benefícios	(2.874)	(522)
Outras despesas com pessoal	(122)	(50)
	<u>(9.078)</u>	<u>(2.766)</u>

23. Remuneração dos administradores - O Conselho de Administração é composto por quatro membros. Os membros da diretoria executiva não possuem ações da Companhia. O valor dos honorários pagos a diretoria até 31 de dezembro de 2015 foi de R\$3.065 sendo R\$1.920 reconhecidos no resultado (R\$1.391 em 31 de dezembro de 2014) e R\$1.145 capitalizados no ativo intangível (R\$735 em 31 de dezembro de 2014). Adicionalmente, a título de participação nos lucros foi realizado pagamento no exercício, no valor de R\$708, sendo R\$355 reconhecidos no resultado na rubrica de salários e encargos sociais e R\$353 capitalizados.

Remuneração:

	2015	2014
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	2.792	2.120

Outros benefícios:

Previdência privada (contribuição definida)	273	6
Participação no resultado	708	-
	<u>3.773</u>	<u>2.126</u>

24. Resultado financeiro - O resultado financeiro líquido, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, está assim composto:

Receitas financeiras:

Juros sobre impostos a recuperar	404	-
Descontos obtidos	34	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	-	9.523
	438	9.523

Despesas financeiras:

Juros sobre empréstimos e arrendamento mercantil	(28.328)	(39)
AVP provisão para manutenção	(4.816)	-
Juros diversos	(208)	(63)
Multas sobre obrigações sociais	(633)	-
Juros sobre obrigações fiscais	(1.274)	-
Despesas bancárias	(250)	(1.192)
Juros sobre obrigações com fornecedores	(2.998)	-
Outros	(784)	-
	<u>(39.291)</u>	<u>(1.294)</u>

25. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos - O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são demonstrados abaixo:

	2015	2014
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	17.783	13.570
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	(6.046)	(4.614)
IRPJ/CSLL sobre itens de adições (exclusões):		
Margem de construção (diferença temporária)	5.503	3.695
Provisão para manutenção (diferença temporária)	(7.971)	-
Custo de empréstimos (diferença temporária)	9.696	-
Constituição do Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	(7.228)	(3.695)
Gratificações e PLR diretoria (diferença permanente)	(270)	-

	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social diferido (efeito não recorrente)	2.203	-
Outras adições e exclusões permanentes	(24)	24
Despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do exercício	(4.137)	(4.590)
Alíquota efetiva	23,12%	34%
Movimentação:	Saldo em 31/12/2014	Cons-tituição 31/12/2015
IRPJ/CSLL diferidos - Ativo	11.062	11.062
IRPJ/CSLL diferidos - Passivo	3.695	15.199
A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos sobre diferenças temporárias indicadas pelas projeções de resultado tributável é:		
Ano	2015	
2016	137	
2017	134	
2018	144	
A partir de 2019	7.418	
	<u>7.832</u>	

26. Provisões para demandas judiciais - Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia, através de seus consultores jurídicos, avaliou como possível o risco de contingência e ações jurídicas e administrativas, conforme demonstrado abaixo:

planejamento de liquidez. f) *Hierarquia de valor justo*: Os diferentes níveis são definidos como segue: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Os instrumentos financeiros da Companhia são registrados pelo valor justo (Nível 1), utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 – Instrumentos Financeiros – Evidenciação. Gestão do capital: O objetivo principal da Administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Análise de sensibilidade: O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente ao contrato firmado junto ao BNDES que possui taxa fixa de 2% a.a. acrescida da TJLP. Os CPC's

38, 39 e 40, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data-base de 31 de dezembro de 2015, foram estimados 3 (três) cenários distintos, considerando o volume de financiamento total. Com base nestes montantes consolidados em 31 de dezembro de 2015, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses (Cenário I). A partir do Cenário I (Provável), simulamos acréscimo de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções dos índices de correção de cada contrato. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos bem como o fluxo de vencimentos dos contratos programados. A data-base utilizada foi 31 de dezembro de 2015, projetando os índices de correção para os próximos 12 meses e avaliando a sensibilidade em cada cenário. Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados, apurando-se o impacto nas despesas financeiras no período de um ano, conforme segue:

Risco	Cenário provável I	Cenário II	Cenário III
TJLP+ 2%a.a.	743.119	743.119	743.119
Despesa financeira projetada	66.881	83.601	100.321
Varição	–	16.720	33.440

Os valores justos, demonstrados nos quadros acima, partem da posição de endividamento em 31 de dezembro de 2015, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia.

30. Evento subsequente – Contrato de financiamento BNDES: No dia 24 de fevereiro de 2016 o BNDES aprovou o financiamento de longo prazo da Companhia, no valor de R\$ 3.600.000, com taxa de juros TJLP + 2,00% (com exceção do montante de R\$470,0 milhões com taxa de juros TJLP + 3,74%), com carência de amortização até o final do período de investimentos (previsto em 5 anos) e prazo de amortização de 20 anos. A primeira liberação do financiamento de longo prazo está prevista para o primeiro trimestre de 2016 e será destinado à quitação do empréstimo-ponte. *Registro CVM*: Em 19 de fevereiro de 2016 a Companhia obteve a aprovação do pedido de registro de companhia aberta perante a CVM na Categoria B.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Goiânia-GO

Examinamos as demonstrações financeiras da Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida

de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião**: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira,

da Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado**: Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Goiânia, 29 de fevereiro de 2016.



Ernst & Young
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/F-6

Wagner dos Santos Junior
Sócio – Contador
CRC 1SP 216.386/O-1